

Universidades arrasam extinção da FCT

Medida do Governo é “radical”, não tem fundamento e “compromete a ciência”, dizem reitores e investigadores

Os dirigentes das principais universidades do país e dois dos mais prestigiados investigadores nacionais criticam fortemente a extinção da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e a integração de parte das suas competências na Agência Nacional de Inovação (ANI), considerando que a medida, aprovada em conselho de ministros no início deste mês, é “radical”, não está fundamentada, contraria as recomendações internacionais e “compromete a ciência e a produção de conhecimento em todas as áreas”.

Num documento conjunto, os reitores e vice-reitores das universidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Minho e ISCTE e os investigadores Manuel Sobrinho Simões, presidente do IPATIMUP, e Mário Figueiredo, um dos cientistas portugueses mais citados em todo o mundo, frisam que “a fusão das competências da FCT e da ANI, com a criação de uma única

agência, não encontra respaldo nas recomendações ou nas práticas internacionais” e pode pôr em causa o desenvolvimento do sistema científico nacional.

“Corre-se o risco de criar uma megainstituição à qual serão atribuídas múltiplas e distintas missões e objetivos, que enfrentará dificuldades de conciliação de diferentes prioridades”, avisam os diri-

Reitores consideram que a reforma do Governo para a Ciência ameaça o desenvolvimento conseguido nos últimos anos

gentes universitários e investigadores, temendo que esta reforma promova uma subalternização da ciência, passando a subordiná-la “apenas às lógicas da economia”.

O documento, a que o Expresso teve acesso, foi enviado à Presidência da República, onde o decreto-lei aguarda promulgação.

Para os subscritores, esta reforma anunciada pelo ministro-adjunto e da Reforma do Estado, Gonçalo Matias,

e pelo ministro da Educação e da Ciência, Fernando Alexandre, “promove ruturas radicais sem fundamentação” e foi aprovada sem que tenha havido qualquer debate público. “A comunidade científica não foi mobilizada nem ouvida, podendo mesmo dizer-se que foi ignorada ou menosprezada”, lamentam, sublinhando que “a elaboração do diploma não respeitou as regras de audição, negociação e transparência”.

Sem audições ou debate prévio, “a alteração de orgânica com mais impacto na vida das instituições do sistema científico e tecnológico nacional” foi feita num ambiente de “secretismo” que revela falta de confiança do Executivo nas universidades e nos investigadores, afirmam.

No documento, que foi igualmente enviado ao Governo, os responsáveis também não poupam críticas ao parecer elaborado pelo Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que “reúne as bases conceptuais desta reforma”, considerando que este “contém inúmeras fragilidades” e não contempla nenhuma “análise rigorosa do sistema científico português”.